

PROJETO BÁSICO
PROJETO BÁSICO
LEI Nº 17.928, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

1. INTRODUÇÃO

1.1. Finalidade

O presente Projeto Básico tem por finalidade estabelecer os **REQUISITOS MÍNIMOS** e fixar condições a serem observadas para a contratação de empresa especializada para executar obras de construção civil, para atender à Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC-GO), descrevendo e disciplinando todos os procedimentos e critérios que estabelecerão o relacionamento técnico entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

1.2. Objeto

Contratação de empresa especializada em prestar Serviços de Construção Civil, conforme Projetos, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Cronograma Físico e Financeiro.

Assunto: **REFORMA**

Unidade: **ARQUIVO SETORIAL (ANTIGO NUCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL)**

Endereço: **RUA 201, nº 340 QD 8 LT 6. SETOR LESTE VILA NOVA**

Município: **GOIÂNIA-GO.**

Coordenação Regional de Educação – CRE: **GOIÂNIA**

1.3. Justificativa

A presente contratação justifica-se devido a necessidade de realizar reformas nas edificações a fim de estabelecer um novo uso e propor reparos necessários para o pleno funcionamento da edificação de forma confortável e segura para os usuários. A reforma contempla a execução de rampas acessíveis; troca de cobertura com estrutura; substituição de pisos e esquadrias; correção de infiltrações.

1.4. A Obra

A reforma é feita em um terreno de 2.361,37 m²

TIPO DE OBRA	TIPO DE REGIME DE EXECUÇÃO ADOTADA
REFORMA	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

2. DAS DEFINIÇÕES DOS MÉTODOS

2.1. Definições e siglas

2.1.1. ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas;

CONTRATADA: é a pessoa jurídica signatária do contrato com a SEDUC-GO;

2.1.2. CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Educação - SEDUC -GO;

2.1.3. LICITANTE: Pessoa física ou jurídica habilitada para participar do processo licitatório e ofertar lances;

2.1.4. NBR: Norma Brasileira Regulamentadora.

2.1.5. NR: Norma Regulamentadora.

2.1.6. SEDUC-GO: Secretaria de Estado da Educação de Goiás.

2.1.7. CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

2.1.8. CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

2.1.9. CAU: Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

2.1.10. ART: Anotação de Responsabilidade Técnica.

2.1.11. RRT: Registro de Responsabilidade Técnica.

2.1.12. TCE: Tribunal de Contas do Estado.

TCU: Tribunal de Contas da União.

2.2. Normas

Normativos a serem adotados:

2.2.1. NBR 7480/2007 – Aço destinado à Armaduras de Concreto Armado – Especificações;

2.2.2. NBR 6118:2007 - Projeto de estruturas de concreto – Procedimento;

2.2.3. NBR 11.682-2009 – Estabilidades de encostas (muro de arrimo);

2.2.4. NBR 5671/1990 – Participação dos Intervenientes em serviços de obras de Engenharia e Arquitetura;

2.2.5. NBR 5681/1980 – Controle Tecnológico da Execução de Aterros em obras de Edificações;

2.2.6. NBR 6489/1984 – Prova de Carga Direta sobre terreno de Fundação;

2.2.7. NBR 7678/1983 – Segurança em Obras;

2.2.8. NBR 12.654/1992 – Controle Tecnológico de Materiais Componentes do Concreto;

2.2.9. NBR 12.655/1996 – Concreto – Preparo, Controle e Recebimento;

2.2.10. NBR 5410:2004 Versão Corrigida: 2008 - Instalações elétricas de baixa tensão;

2.2.11. NBR 6151 - Proteção contra choques elétricos;

2.2.12. NBR 5419 - Proteção de estrutura contra descargas atmosféricas;

2.2.13. NBR 5626/1998 – Instalações de Água Fria;

2.2.14. NBR 10844/1989 – Instalações Prediais de águas Pluviais;

2.2.15. NBR 8160/1999 – Instalações Prediais de Esgoto Sanitário;

2.2.16. NR-10 c/c o art. 2º, II, "c", da Lei nº 19.145 de 29/12/2015;

2.2.17. ABNT NBR 9050/2015 – Acessibilidade às Edificações.

Obs.: Esta lista de normas não exaure a necessidade de observações de normas estaduais, municipais, trabalhistas, de segurança e outras envolvidas na realização do escopo deste Projeto Básico.

3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1. A Empresa licitante deverá ter CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);

3.2. A Empresa licitante deverá ser habilitada perante a Contratante.

3.3. A Empresa licitante deverá apresentar certidão de registro no CREA e/ou CAU, bem como certidões de regularidades de pessoa física e jurídica do profissional responsável pela empresa e seus serviços.

3.4. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA e/ou CAU do Estado de Goiás, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

3.5. A licitante deverá comprovar, possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos de habilitação, no mínimo 01 (um) engenheiro civil ou arquiteto, com experiência comprovada, ou outro devidamente reconhecido(s) pela entidade profissional competente, que seja(m) detentor (es) de atestado(s) de responsabilidades técnicas – ART junto ao CREA e/ou CAU por execução de obras/serviços de características semelhantes, limitados as parcelas de maior relevância.

3.6. A Empresa licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) devidamente reconhecido pela entidade profissional competente, em nome do profissional responsável técnico pela empresa proponente, relacionada às características dos serviços limitados à parcela de maior relevância solicitada junto ao Edital.

3.7. As comprovações de vínculos entre os profissionais e a empresa licitante poderão ser comprovadas através de:

a) Relação empregatícia por carteira de trabalho e previdência social – CTPS: identificação de seu portador, página relativa ao seu contrato de trabalho ou livro de registro de empregado autenticado pela Delegacia Regional do Trabalho, ou;

b) Contrato de prestação de serviço de profissional autônomo, que esteja devidamente registrado junto ao CREA e/ou CAU, com atribuições compatíveis com a característica dos serviços a serem licitados, ou;

c) Sócios ou Diretores estatutários da empresa licitante, por meio de estatuto ou contrato social, que tenham o registro junto ao CREA e/ou CAU.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

A Empresa a ser contratada, deverá ter qualificação e entendimento para executar serviços de construção civil conforme descrição deste objeto, alinhando os seguintes serviços:

01. REFORMA ALMOXARIFADO 01

- DEMOLIR PORTÃO
- DEMOLIR ALVENARIA P/ EXECUTAR PORTAL;
- DEMOLIR GUARDA-CORPO
- EXECUTAR RASPAGEM PARA REGULARIZAÇÃO DO PISO;
- EXECUTAR PINTURA EPÓXI NO PISO;
- EXECUTAR VERGA P/ PORTAL;
- EXECUTAR PORTA (1,60x2,10) PF-05 PADRÃO GOINFRA;
- EXECUTAR GUARDA-CORPO COM CORRIMÃO, CORRIMÃO
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA INTERNA.

02. REFORMA ALMOXARIFADO 02 (salas 01, 02, 03, 04 e 05):

- DEMOLIR ALVENARIA;
- DEMOLIR ESQUADRIAS (PORTAS E JANELAS);
- DEMOLIR VASO SANITÁRIO E LAVATÓRIO;
- DEMOLIR FORRO DE GESSO COM ESTRUTURA;
- DEMOLIR PISO CERÂMICO COM LASTRO;
- EXECUTAR ALVENARIA PARA FECHAR ABERTURAS NA SALA 03;
- EXECUTAR PISO DE CONCRETO USINADO SCM;
- EXECUTAR RASPAGEM PARA REGULARIZAÇÃO DO PISO;
- EXECUTAR PINTURA EPÓXI NO PISO;
- EXECUTAR VERGA E CONTRAVERGA
- EXECUTAR PORTA (1,60x2,10), (1,40x2,10) PF-09 C/ VIDRO PADRÃO GOINFRA;
- EXECUTAR PORTAS (0,80x2,10) PF-01 PADRÃO GOINFRA;
- EXECUTAR JANELA (1,20x1,00) PADRÃO J-9 GOINFRA;
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA INTERNA.

03. REFORMA ESCADA

- DEMOLIR BANCADA;
- DEMOLIR TANQUE
- DEMOLIR REVESTIMENTO CERÂMICO;
- DEMOLIR PISO E RODAPÉ CERÂMICO;
- DEMOLIR LAJE SUPERIOR;
- EXECUTAR LASTRO DE CONCRETO E PISO CERÂMICO;
- EXECUTAR ESCADA;
- EXECUTAR BLOCO DE CONCRETO CELULAR, CHAPISCO, REBOCO, EMASSAMENTO E PINTURA.
- EXECUTAR CORRIMÃO FIXADO NA PAREDE.

04. REFORMA BANHEIROS TÉRREO E SALA NEUSA

- DEMOLIR ALVENARIA;
- DEMOLIR ESQUADRIAS (JANELA E PORTA);
- DEMOLIR PISO E RODAPÉ CERÂMICO;
- EXECUTAR ALVENARIA, CHAPISCO, REBOCO, IMPERABILIZAÇÃO E REVESTIMENTO CERÂMICO ATÉ O TETO, EMASSAMENTO E PINTURA;
- EXECUTAR ESPELHO (0,80x0,40)
- EXECUTAR DUCHA HIGIÊNICA
- EXECUTAR PAPELEIRA;
- EXECUTAR PISO CERÂMICO
- EXECUTAR DIVISÓRIA DE GRANITO ANDORINHA;
- EXECUTAR VASO SANITÁRIOS;

- EXECUTAR LAVATÓRIOS;
- EXECUTAR VASO SANITÁRIO ACESSÍVEL C/ VÁLVULA DE DESCARGA ACESSÍVEL;
- EXECUTAR PIA DE CANTO SEM COLUNA ACESSÍVEL;
- EXECUTAR BARRAS DE APOIO 40CM E 80CM;
- EXECUTAR JANELA (0,50x0,50) PADRÃO J-4 GOINFRA;
- EXECUTAR VERGA E CONTRAVERGA
- EXECUTAR PORTA (0,80x2,10) PADRÃO PF-01 GOINFRA;
- EXECUTAR PORTA (0,80x1,80) PADRÃO PF-10 GOINFRA;
- EXECUTAR JANELAS (1,50x0,60) PADRÃO J3 GOINFRA;
- EXECUTAR BOTEQEIRA ACIONADOR DE AUDIOVISUAL;
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA DO TETO;
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA INTERNA.

05. REFORMA RECEPÇÃO

- DEMOLIR ESCADA C/ CORRIMÃO;
- DEMOLIR DIVISÓRIA ;
- DEMOLIR GUARDA-CORPO;
- DEMOLIR PISO E RODAPÉ CERÂMICO
- EXECUTAR ESCADA C/ CORRIMÃO;
- EXECUTAR PISO CERÂMICO C/ RODAPÉ;
- EXECUTAR FORRO DE GESSO C/ ESTRUTURA, EMASSADO E PINTADO;
- EXECUTAR TABICA 5CM
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA DO TETO;
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA INTERNA.

06. REFORMA SALA DE LIMPEZA E DML

- DEMOLIR PORTA;
- EXECUTAR ALVENARIA, CHAPISCO, REBOCO, EMASSAMENTO E PINTURA;
- EXECUTAR PORTA (0,80x2,10) PADRÃO PF-01 GOINFRA;
- EXECUTAR 2 TANQUES DE LOUÇA;
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA DO TETO;
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA INTERNA.

07. REFORMA ACESSO

- DEMOLIR RAMPAS C/ GUARDA-CORPO;
- DEMOLIR COBERTURAS;
- EXECUTAR RAMPAS E ESCADAS;
- EXECUTAR GUARDA-CORPO COM CORRIMÃO;
- EXECUTAR TOLDO DE PVC TRANSPARENTE;

08. REFORMA DAS SALAS DE FREQUÊNCIA E CERTIDÃO

- DEMOLIR PORTA;
- DEMOLIR PISO E RODAPÉ CERÂMICO
- EXECUTAR DRYWALL, LÃ DE VIDRO E EMASSAMENTO;
- EXECUTAR PISO CERÂMICO C/ RODAPÉ;
- EXECUTAR PORTA (0,80x2,10) PADRÃO PF01 GOINFRA;
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA DO TETO;
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA INTERNA.

09. COPA E ARQUIVO

- DEMOLIR PISO CERÂMICO;
- DEMOLIR PARTE DA LAJE (HACHURADO);
- DEMOLIR ALVENARIA P/ AMPLIAÇÃO DE PORTA;
- DEMOLIR PORTAS DA COPA E ARQUIVO;
- EXECUTAR GUARDA-CORPO;
- EXECUTAR PORTA (0,80x2,10) PADRÃO PF-01 GOINFRA;
- EXECUTAR PORTA (1,60x2,10) PADRÃO PF-07 GOINFRA C/ VIDRO;
- EXECUTAR PORTA (1,30x2,10) PADRÃO PF-01 GOINFRA;
- EXECUTAR PISO E RODAPÉ CERÂMICO;
- EXECUTAR BANCADA DE GRANITO C/ RODAMÃO (2,90x0,60);
- EXECUTAR PIA DE INOX COM TORNEIRA;
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA DO TETO;
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA INTERNA.

10. BANHEIROS E SALA DIGITALIZAÇÃO

- DEMOLIR ALVENARIA;
- DEMOLIR CIMENTO P/ NIVELAR O PISO;
- DEMOLIR VASO SANITÁRIO C/ VÁLVULA DE DESCARGA;
- DEMOLIR LAVATÓRIO C/ TORNEIRA;
- DEMOLIR PORTAS;
- DEMOLIR REVESTIMENTO CERÂMICO;
- EXECUTAR BLOCO DE CONCRETO CELULAR, CHAPISCO, EMBOÇO
- EXECUTAR REVESTIMENTO CERÂMICO;
- EXECUTAR VASO SANITÁRIO C/ CAIXA ACOPLADA;

- EXECUTAR BANCADA DE GRANITO ANDORINHA C/ RODAMÃO;
- EXECUTAR CUBA EMBUTIDA C/ TORNEIRA;
- EXECUTAR PORTA (0,80x2,10) PADRÃO PF01 GOINFRA;
- EXECUTAR JANELA (1,50x0,50) PADRÃO J-3 GOINFRA;
- EXECUTAR JANELA (0,50x0,50) PADRÃO J-4 GOINFRA;
- EXECUTAR ESPELHO (0,80x0,40);
- EXECUTAR PAPELEIRA;
- EXECUTAR DUCHA HIGIÊNICA
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA DO TETO;
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA INTERNA.

11. AUDITÓRIO

- DEMOLIR VASO SANITÁRIO E SEUS COMPLEMENTOS;
- DEMOLIR LAVATÓRIO E SEUS COMPLEMENTOS;
- DEMOLIR REVESTIMENTO CERÂMICO;
- DEMOLIR PISO CERÂMICO;
- DEMOLIR PORTA DE CORRER;
- DEMOLIR PORTÃO;
- DEMOLIR ESCADA;
- EXECUTAR LASTRO DE CONCRETO;
- EXECUTAR PISO CERÂMICO;
- EXECUTAR REVESTIMENTO CERÂMICO;
- EXECUTAR BACIA SANITÁRIA C/ SEUS COMPLEMENTOS;
- EXECUTAR DUCHA HIGIÊNICA;
- EXECUTAR LAVATÓRIO C/ COLUNA E SEUS COMPLEMENTOS;
- EXECUTAR DRYWALL, LÃ DE VIDRO E EMASSAMENTO;
- EXECUTAR PORTA (0,80x2,10) E (1,20x2,10) PADRÃO PF-01 GOINFRA;
- EXECUTAR ESCADA;
- EXECUTAR CORRIMÃO.
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA DO TETO;
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA INTERNA.

12. REFORMA PÁTIO DESCOBERTO

- DEMOLIR RAMPA DE CONCRETO;
- DEMOLIR PISO DE CONCRETO DESEMPENADO;
- DEMOLIR GRELHA;
- EXECUTAR CANALETA PADRÃO GOINFRA COM GRELHA ACESSÍVEL;
- EXECUTAR LIMPEZA, REGULARIZAÇÃO E APILOAMENTO;
- EXECUTAR RAMPA DE CONCRETO USINADO;
- EXECUTAR ARRIMO;
- EXECUTAR GUARDA-CORPO E CORRIMÃO FIXADO NO PISO;
- EXECUTAR PISO DE CONCRETO USINADO 7CM C/ TELA NERVURADA;
- EXECUTAR PINTURA DO PORTÃO;

13. REFORMA HALL E ALMOXARIFADO 03 E CIRCULAÇÃO

- DEMOLIR ALVENARIA;
- DEMOLIR BANCADA DE GRANITO C/ PIA EMBUTIDA;
- DEMOLIR COBERTURA;
- DEMOLIR PISO DE CONCRETO;
- DEMOLIR ESQUADRIAS;
- DEMOLIR FORRO DE GESSO;
- EXECUTAR PISO DE CONCRETO USINADO 5CM;
- EXECUTAR RASPAGEM DO PISO DE CONCRETO DA CIRCULAÇÃO P/ NIVELAMENTO;
- EXECUTAR PINTURA EPÓXI DO PISO;
- EXECUTAR ALVENARIA, CHAPISCO, REBOCO P/ FECHAR VÃO DE PORTAL;
- EXECUTAR GRAMA ESMERALDA;
- EXECUTAR ÁRVORE DE MÉDIO PORTE;
- EXECUTAR PORTA (2,50x2,10) PADRÃO PF11 GOINFRA C/ VIDRO;
- EXECUTAR PORTA (2,00x2,10) PADRÃO PF11 GOINFRA C/ VIDRO;
- EXECUTAR PORTÃO (2,50x2,10) PADRÃO PT7 GOINFRA;
- EXECUTAR JANELA (1,20x1,00) PADRÃO J-9 GOINFRA;
- EXECUTAR BANCO DE CONCRETO GOINFRA;
- EXECUTAR FORRO DE GESSO C/ ESTRUTURA E TABICA 5CM. UTILIZAR JUNTA DE DILATAÇÃO;
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA INTERNA.

14. REFORMA GUARITA

- DEMOLIR PORTA E JANELA;
- DEMOLIR LAVATÓRIO C/ TORNEIRA;
- DEMOLIR COBERTURA E FORRO DE PVC;
- DEMOLIR PISO CERÂMICO;
- EXECUTAR ALVENARIA P/ AUMENTAR O PÉ DIREITO EM 60CM;
- EXECUTAR COBERTURA COM ESTRUTURA METÁLICA, TELHA CERÂMICA E FORRO DE PVC;
- DEMOLIR REVESTIMENTO CERÂMICO;
- DEMOLIR REBOCO;

- EXECUTAR REBOCO, IMPERMEABILIZAÇÃO, EMASSAMENTO E PINTURA P/ CORRIGIR INFILTRAÇÕES;
- EXECUTAR FORRO DE GESSO C/ ESTRUTURA;
- EXECUTAR LASTRO DE CONCRETO, REGULARIZAÇÃO DO PISO E PISO CERÂMICO;
- EXECUTAR EMBOÇO E REVESTIMENTO CERÂMICO;
- EXECUTAR PORTA (0,80x2,10) PADRÃO PF-01 GOINFRA;
- EXECUTAR JANELA (2,00x1,50) PADRÃO J-9 GOINFRA;
- EXECUTAR DUCHA HIGIÊNICA;
- EXECUTAR PIA COM COLUNA E SEUS COMPLEMENTOS.
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA INTERNA.

15. REFORMA CALÇADA

- DEMOLIR PISO ARENITO (PEDRA DE PIRENÓPOLIS);
- EXECUTAR TIJOLO COMUM AO REDOR DAS ÁRVORES;
- EXECUTAR REBAIXO DE MEIO FIO PARA ACESSIBILIDADE;
- EXECUTAR PISO DE CONCRETO USINADO 5CM;
- EXECUTAR PISO TÁTIL PRÉ-MOLDADO DE ALERTA E DIRECIONAL;

16. PINTURA GERAL DO NTE

- DEMOLIR REBOCO INTERNO;
- DEMOLIR REVESTIMENTO CERÂMICO EXTERNO;
- EXECUTAR REBOCO INTERNO E EXTERNO;
- EXECUTAR RASPAGEM, DA PINTURA EXTERNA;
- EXECUTAR PINTURA EXTERNA TEXTURIZADA DAS PAREDES;
- EXECUTAR PINTURA DO PISO DE CONCRETO.

17. REFORMA DO TELHADO DO NTE

- DEMOLIR TELHA METÁLICA;
- DEMOLIR ESTRUTURA DA COBERTURA;
- DEMOLIR PLATIBANDA;
- EXECUTAR ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA;
- EXECUTAR PLATIBANDA C/ PINGADEIRA DE CONCRETO;
- EXECUTAR TELHA METÁLICA;
- EXECUTAR RUFO;
- EXECUTAR CALHA METÁLICA;

18. MURO

- DEMOLIR MURO;
- EXECUTAR GRADE PADRÃO GF2 GOINFRA;
- EXECUTAR RASPAGEM DO MURO;
- EXECUTAR REBOCO E PINTURA;
- EXECUTAR PINGADEIRA DE CONCRETO;

19. ESQUADRIAS

- DEMOLIR JANELAS;
- DEMOLIR GRADE DAS JANELAS;
- DEMOLIR ALVENARIA;
- DEMOLIR VIDRO DAS JANELAS EXISTENTES;
- EXECUTAR ALVENARIA, CHAPISCO, REBOCO, PINTURA;
- EXECUTAR JANELAS PADRÃO J9 GOINFRA (2,00x1,20);
- EXECUTAR JANELAS PADRÃO J9 GOINFRA (1,45x1,00);
- EXECUTAR JANELAS PADRÃO J3 GOINFRA(2,00x0,60);
- EXECUTAR GRADE EM TODAS AS JANELAS NO PADRÃO GP01 GOINFRA;
- EXECUTAR VIDRO 4MM BOREAL NAS JANELAS;
- EXECUTAR PINTURA DAS ESQUADRIAS MANTIDOS;

20. SUBSTITUIÇÃO PISO CERÂMICO (ARQUIVO, HALL DE ENTRADA DO AUDITÓRIO E AUDITÓRIO)

- DEMOLIR PISO CERÂMICO C/ RODAPÉ
- EXECUTAR LASTRO DE CONCRETO, PISO CERÂMICO E RODAPÉ

21. REFORMA GERAL

- DEMOLIR CAIXA D'GUA
- EXECUTAR REFORMA GERAL ELÉTRICA;
- EXECUTAR PROJETO DE COMBATE AO INCÊNDIO.
- EXECUTAR PISO TÁTIL INTERNO;
- EXECUTAR MAPA TÁTIL;
- EXECUTAR PLACA DE SINALIZAÇÃO EM BRAILLE NOS AMBIENTES;
- EXECUTAR PLACA DE SINALIZAÇÃO DE CORRIMÃO;
- EXECUTAR PLACA DE SINALIZAÇÃO DE PAVIMENTO.
- EXECUTAR CAIXA D'GUA DE POLIETILENO;
- EXECUTAR SOLEIRA DE GRANITO ANDORINHA;

22. REFORMA BWC MASC.

- DEMOLIR PISO CERÂMICO;
- DEMOLIR REVESTIMENTO CERÂMICO;

- DEMOLIR VASO SANITÁRIO E VÁLVULA DE DESCARGA;
- DEMOLIR PIA E TORNEIRA;
- DEMOLIR CHUVEIRO E REGISTRO;
- DEMOLIR FORRO DE GESSO;
- DEMOLIR PORTAS;
- DEMOLIR JANELAS;
- DEMOLIR ALVENARIA P/ EXECUÇÃO DE JANELA;
- EXECUTAR ALVENARIA, CHAPISCO, REBOCO E EMBOÇO;
- EXECUTAR LASTRO DE CONCRETO E IMPERMEABILIZAÇÃO;
- EXECUTAR PISO CERÂMICO;
- EXECUTAR REVESTIMENTO CERÂMICO ATÉ O TETO;
- EXECUTAR LAVATÓRIO C/ COLUNA COM TORNEIRA DE ACIONAMENTO MANUAL;
- EXECUTAR VASO SANITÁRIO C/ CAIXA ACOPLADA;
- EXECUTAR CHUVEIRO E REGISTRO;
- EXECUTAR FORRO DE GESSO;
- EXECUTAR PORTA (0,75x2,10) PADRÃO PF-01 GOINFRA;
- EXECUTAR VERGA E CONTRAVERGA
- EXECUTAR JANELA C/ VIDRO BOREAL 4MM (0,50x0,50) PADRÃO J-5 GOINFRA;
- EXECUTAR ESPELHO (0,80x0,40);
- EXECUTAR PAPELEIRA;
- EXECUTAR DUCHA HIGIÊNICA
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA INTERNA.

23. REFORMA SALA/COPA/DEP.

- DEMOLIR PISO CERÂMICO E RODAPÉ;
- DEMOLIR FORRO DE GESSO;
- DEMOLIR JANELAS
- EXECUTAR PISO CERÂMICO E RODAPÉ H=0,07m;
- EXECUTAR BANCADA DE GRANITO ANDORINHA E RODAMÃO H=0,15m;
- EXECUTAR PIA DE INOX C/ TORNEIRA;
- EXECUTAR FORRO DE GESSO C/ TABICA, EMASSAMENTO E PINTURA;
- EXECUTAR JANELA C/ VIDRO 4MM (0,90x1,15) PADRÃO J-9 GOINFRA;
- EXECUTAR PORTA (0,80x2,10) PADRÃO PF-02;
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA INTERNA.

24. REFORMA QUARTO MASC.

- DEMOLIR FORRO DE GESSO;
- DEMOLIR REVESTIMENTO CERÂMICO;
- DEMOLIR GRADE;
- DEMOLIR PORTAS;
- DEMOLIR BANCADA C/ PIA DE AÇO INOX E TORNEIRA;
- DEMOLIR ALVENARIA;
- DEMOLIR PISO E RODAPÉ
- EXECUTAR PISO E RODAPÉ CERÂMICA;
- EXECUTAR ALVENARIA, CHAPISCO, REBOCO E EMASSAMENTO;
- EXECUTAR VERGA;
- EXECUTAR PORTA (0,80x2,10) PADRÃO PF-01 GOINFRA;
- EXECUTAR FORRO DE GESSO C/ TABICA, EMASSAMENTO E PINTURA;
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA INTERNA.

25. REFORMA QUARTO FEM.

- DEMOLIR JANELA;
- DEMOLIR PISO E RODAPÉ CERÂMICO;
- DEMOLIR FORRO DE GESSO;
- EXECUTAR LASTRO DE CONCRETO;
- EXECUTAR IMPERMEABILIZAÇÃO DO BANHEIRO;
- EXECUTAR PISO E RODAPÉ CERÂMICO;
- EXECUTAR REVESTIMENTO CERÂMICO;
- EXECUTAR ALVENARIA, CHAPISCO, REBOCO E EMASSAMENTO;
- EXECUTAR VERGA E CONTRAVERGA;
- EXECUTAR JANELA C/ VIDRO 4MM BOREAL (0,50x0,50) PADRÃO J-5 GOINFRA;
- EXECUTAR JANELA C/ VIDRO 4MM (2,50x1,20) PADRÃO J-11 GOINFRA;
- EXECUTAR PORTA (0,80x2,10) PADRÃO PF-01 GOINFRA;
- EXECUTAR VASO SANITÁRIO C/ VÁLVULA DE DESCARGA;
- EXECUTAR LAVATÓRIO C/ COLUNA E TORNEIRA;
- EXECUTAR CHUVEIRO C/ REGISTRO;
- EXECUTAR REVESTIMENTO CERÂMICO ATÉ O TETO;
- EXECUTAR FORRO DE GESSO;
- EXECUTAR ESPELHO (0,80x0,40);
- EXECUTAR PAPELEIRA;
- EXECUTAR DUCHA HIGIÊNICA;
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA INTERNA.

26. REFORMA ÁREA DE SERVIÇO

- DEMOLIR PISO DE CONCRETO;
- EXECUTAR PISO DE CONCRETO USINADO 5CM;
- EXECUTAR TANQUE DE CERÂMICA
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA INTERNA.

27. REFORMA SALA MULTIUSO

- DEMOLIR FORRO DE GESSO;
- DEMOLIR ESCADA;
- DEMOLIR GUARDA-CORPO;
- DEMOLIR PISO E RODAPÉ CERÂMICO;
- DEMOLIR JANELAS E PORTAS;
- EXECUTAR LASTRO DE CONCRETO;
- EXECUTAR GUARDA-CORPO;
- EXECUTAR PISO E RODAPÉ CERÂMICO;
- EXECUTAR ESCADA;
- EXECUTAR GUARDA-CORPO COM CORRIMÃO;
- EXECUTAR FORRO DE GESSO C/ TABICA, EMASSAMENTO E PINTURA;
- EXECUTAR JANELAS PADRÃO J-1 (1,40x1,70) E J-7 (3,30X1,70) GOINFRA;
- EXECUTAR PORTAS (1,80x2,10) PADRÃO PF-11 GOINFRA C/ VIDRO;
- EXECUTAR DEGRAU;
- EXECUTAR RASPAGEM, EMASSAMENTO E PINTURA INTERNA.

28. REFORMA PÁTIO DESCOBERTO 01

- DEMOLIR PISO DE CONCRETO DESEMPENADO;
- DEMOLIR ALVENARIA;
- EXECUTAR MURO DE ARRIMO PADRÃO GOINFRA;
- DEMOLIR PORTÃO;
- EXECUTAR TERRAPLENAGEM;
- EXECUTAR PISO DE CONCRETO USINADO 7CM E TELA NERVURADA NA ÁREA DE CIRCULAÇÃO DE AUTOMÓVEL;
- EXECUTAR ESCADA;
- EXECUTAR RAMPA COM PISO DE CONCRETO USINADO 5CM;
- EXECUTAR GUARDA-CORPO COM CORRIMÃO FIXADO NO PISO;
- EXECUTAR GUARDA-CORPO;
- EXECUTAR GRAMA ESMERALDA P/ TALUDE;
- EXECUTAR PORTÃO (3,90x2,10) PADRÃO PT-08 GOINFRA;

29. REFORMA PÁTIO DESCOBERTO 02

- DEMOLIR PISO DE CONCRETO DESEMPENADO;
- DEMOLIR RAMPA;
- EXECUTAR RAMPA;
- EXECUTAR PISO DE CONCRETO USINADO 5CM;
- EXECUTAR GUARDA-CORPO COM CORRIMÃO;

30. REFORMA COBERTURAS

- DEMOLIR TELHA CANALETE;
- DEMOLIR ESTRUTURA DE MADEIRA;
- DEMOLIR TELHA CERÂMICA;
- EXECUTAR TELHA CANALETE;
- EXECUTAR ESTRUTURA METÁLICA BLOCO "SALA MULTIUSO"
- EXECUTAR ESTRUTURA METÁLICA P/ PASSARELA COBERTA;
- EXECUTAR CALHA;
- EXECUTAR TELHA PLAN;

31. PINTURA GERAL DA CASA DOS MOTORISTAS

- DEMOLIR REBOCO;
- EXECUTAR REBOCO;
- EXECUTAR PINTURA EXTERNA;
- EXECUTAR PINGADEIRA DE CONCRETO NO MURO;
- EXECUTAR PINTURA DO MURO;
- EXECUTAR PINTURA DO PISO DE CONCRETO;

32. REFORMA GERAL

- REFORME GERAL ELÉTRICA
- PROJETO DE COMBATE AO INCÊNDIO
- EXECUTAR PISO TÁTIL PRÉ-MOLDADO DIRECIONAL E ALERTA;
- EXECUTAR PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DOS AMBIENTES;
- EXECUTAR PLACA DE SINALIZAÇÃO DE CORRIMÃO;
- EXECUTAR SOLEIRA DE GRANITO ANDORINHA.

33. ELEVADOR

- DEMOLIR PISO DE CONCRETO;
- EXECUTAR ESCAVAÇÃO;
- EXECUÇÃO DE PISO EM CONCRETO DESEMPENADO E REBAIXO CONFORME RECOMENDAÇÕES DO FABRICANTE;
- EXECUTAR ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO (VER PROJETO ESTRUTURAL ESPECÍFICO);

- EXECUTAR FECHAMENTO EM ALVENARIA DE TIJOLO FURADO 1/2 VEZ;
- EXECUTAR CHAPISCO E REBOCO;
- EXECUTAR PINTURA EXTERNA E INTERNA;
- AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR (PLATAFORMA VERTICAL) MODELO HERA OU EQUIVALENTE - CAPACIDADE DE 280KG (DUAS PARADAS).

34. IMPLANTAR ABRIGO DE GÁS

- VER PROJETO ESPECÍFICO
- EXECUTAR ALVENARIA, CHAPISCO, REBOCO E PINTURA;
- EXECUTAR LAJE DE CONCRETO H=0,10M;
- EXECUTAR PORTÃO METÁLICO GRADEADO (0,60x0,75)

35. BARRACÃO DE OBRAS

- EXECUTAR BARRACÃO DE OBRAS PADRÃO GOINFRA4.36 PROVIDENCIAR CAÇAMBAS PARA RETIRADA DE ENTULHO, RESTOS DE MATERIAIS DA OBRA E DESCARTE DE ALGUM MATERIAL NÃO MAIS UTILIZÁVEL AO LONGO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS.

5. DO VALOR DOS SERVIÇOS

VALOR PROJETO BÁSICO:		R\$ 2.471.497,11 - ONERADA			
ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$
01	Contratação de empresa de engenharia para execução de obra, conforme Projetos, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Cronograma Físico-financeiro, relacionados com os serviços discriminados: ITENS RELACIONADOS EM PLANILHA. SERVIÇOS PRELIMINARES TRANSPORTES SERVIÇO EM TERRA FUNDAÇÕES E SONDAGENS ESTRUTURA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS INSTALAÇÕES ESPECIAIS ALVENARIAS E DIVISÓRIAS IMPERMEABILIZAÇÃO ESTRUTURAS METÁLICAS COBERTURAS ESQUADRIAS METÁLICAS VIDROS REVESTIMENTO DE PAREDE FORROS REVESTIMENTO DE PISO FERRAGENS ADMINISTRAÇÃO PINTURA DIVERSOS				
			1		137.603,47
			1		18.044,12
			1		16.267,63
			1		37.625,04
			1		135.480,70
			1		198.937,97
			1		138.067,68
			1		110.979,85
			1		35.954,01
			1		9.935,26
			1		348.965,73
			1		133.518,70
			1		224.239,28
			1		25.273,95
			1		69.095,51
			1		16.984,72
			1		187.206,36
			1		949,59
			1		144.987,08
			1		202.036,97
			1		279.343,49
TOTAL:					2.471.497,11

PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA:				
	SERVIÇO / DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA (50%)
	COBERTURA COM TELHA METÁLICA	M2	1.061,10	530,55
	PISO LAMINADO	M2	642,23	321,12
	PISO CERÂMICO	M2	542,59	271,30

6. DA ESCOLHA DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Para a obra de REFORMA E AMPLIAÇÃO da unidade escolar NTE - NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL, foram elaboradas planilhas orçamentárias estimadas com as tabelas ONERADA e DESONERADA. Foram utilizados como referência os preços publicados pela GOINFRA e SINAPI ou aqueles constantes das composições de custos unitários elaboradas pela Secretaria de Estado da Educação. Após a elaboração das planilhas, verifica-se que a ONERADA é a mais vantajosa, conforme art. 3º da Lei Federal 8.666/93.

7. DO PLANO DE EXECUÇÃO

7.1 Os ambientes denominados como casa dos motoristas, sala 03, almoxarifado 01 e almoxarifado 02 possuem documentos arquivados, sendo que os almoxarifados 01 e 02 possuem armários deslizes instalados. Portanto a reforma deve ocorrer da seguinte maneira:

a) Os armários deslizes localizados nos almoxarifados 01 e 02 permanecerão instalados no local e, por isso, deverão ser protegidos por lona a fim de abrigar os armários e as documentações neles contidos.

b) Para a reforma dos demais ambientes do arquivo setorial que possuem documentações, estes deverão ser alocados temporariamente nos almoxarifados. Dessa forma, sugere-se que a reforma dos almoxarifados e dos demais ambientes do arquivo setorial ocorram em períodos distintos, a fim de permitir o alocamento temporário das documentações.

c) Para proceder a reforma dos ambientes denominados como casa dos motoristas, toda a documentação deverá ser alocada temporariamente nas salas dos almoxarifados do arquivo setorial.

7.2 A obra deverá ocorrer em quatro etapas, conforme ilustrado na prancha 3/3 do projeto de arquitetura, sendo elas:

a) Etapa 01: reforma dos almoxarifados 01, 02 e 03; hall e guarita, conforme prancha 3/3 do projeto de arquitetura;

b) Etapa 02: reforma dos demais ambientes do arquivo setorial, conforme prancha 3/3 do projeto de arquitetura;

c) Etapa 03: reforma das edificações destinadas à casa dos motoristas, conforme prancha 3/3 do projeto de arquitetura;

d) Etapa 04: reforma do pátio descoberto do arquivo setorial, calçada e demais áreas externas, conforme prancha 3/3 do projeto de arquitetura.

Ressalta-se que a reforma da cobertura do arquivo setorial deverá ocorrer em uma única etapa e durante o período de seca.

O Plano de Execução poderá sofrer alteração durante a obra, caso o fiscal juntamente com o gestor da unidade, identifiquem opções de execução que melhor atendam a realidade de funcionamento da unidade. O Plano de Execução só poderá ser alterado com autorização do fiscal responsável pela obra.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, na forma e prazos estabelecidos, inclusive referentes à saúde e segurança no trabalho, sujeitará a contratada às penalidades constantes no art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, assegurados os constitucionais do contraditório e da ampla defesa, ficando estipuladas as seguintes penalidades, além das demais previstas em norma pública (da qual não se pode alegar desconhecimento) e mencionadas no contrato:

- a) Advertência;
- b) Multa;

- c) Suspensão temporária de participar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei, perante a autoridade competente que aplicou a sanção.

8.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

8.2. Pelo atraso injustificado na execução do objeto da licitação, sem prejuízo das demais sanções regulamentares previstas, o contratado estará sujeito à aplicação de multa de mora, obedecendo os seguintes limites máximos:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

8.2.1. A multa a que se refere o item 7.2 não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas em lei;

8.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Contratante;

8.4. Os valores das multas de mora poderão ser descontados da Nota Fiscal, no momento do pagamento ou de créditos existentes na Contratante em relação à Contratada, na forma da lei, respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório;

8.5. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Secretário de Estado de Educação devidamente justificado;

8.6. Pela inexecução total ou parcial do objeto da licitação, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação da pena de Advertência, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADFOR, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

8.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis;

8.9. A sanção estabelecida no inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 é de competência exclusiva do Secretário de Estado de Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação;

8.10. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

9. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

9.1. A garantia dos serviços será de 5 (cinco) anos, com início após o recebimento definitivo dos serviços. A garantia deverá cobrir todos os serviços que comprovarem defeitos ou problemas causados pela má execução dos mesmos;

9.2. Todos os serviços que compõem a descrição do objeto devem ser cobertos pela garantia da empresa CONTRATADA ou por Empresa autorizada da CONTRATADA.

9.3. Atender as solicitações para conserto e corrigir defeitos ou falhas apresentadas pelos serviços, em prazo não superior a 30 (trinta) dias consecutivos. Neste caso não acarretará ônus para a Contratante.

9.4. Todos os serviços devem estar em conformidade com a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar em perda parcial da garantia ou não realização da assistência técnica pelo próprio executor quando solicitada;

10. DO PRAZO DE ENTREGA

10.1. O contrato vigorará pelo prazo necessário à execução do objeto, vinculado ao Cronograma Físico-Financeiro, de forma que se inicia com a Ordem de Serviço, sendo que a paralisação formal da obra, determinada pela CONTRATANTE, suspende o prazo de execução, bem como o prazo de vigência contratual, que voltará a correr, pelo seu saldo remanescente, quando da retomada da obra.

10.2. A recusa do serviço por parte da CONTRATANTE em função de divergência com a proposta apresentada ou com os parâmetros definidos neste instrumento, não acarretará a suspensão do prazo de entrega do objeto, ficando a CONTRATADA obrigada a sua reparação no prazo estabelecido, sem qualquer ônus para Contratante.

11. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

11.1. Concluída a obra, a contratada cientificará a contratante por meio de notificação entregue ao gestor do contrato mediante contra recibo, para a entrega e aceitação da obra.

11.2. O recebimento do objeto do presente contrato obedecerá ao disposto no art. 73, inciso I, “a” e “b”, Lei Federal n.º 8.666/93, e será procedido da seguinte forma:

11.2.1. Do Recebimento Provisório

a) Em até 15 (quinze) dias consecutivos após o recebimento da notificação mencionada neste contrato, ou o término do prazo de execução contratual, o gestor do contrato efetuará vistoria da obra, para fins de recebimento provisório.

b) Uma vez verificado o cumprimento de todas as condições contratuais, o gestor do contrato receberá a obra provisoriamente, lavrando o “Termo de Recebimento Provisório”, que será assinado pelas partes e encaminhado à autoridade contratante.

c) Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, o gestor do contrato lavrará relatório circunstanciado dirigido à autoridade contratante, que adotará as medidas cabíveis.

d) Caberá à contratada, uma vez notificada, sanar as irregularidades apontadas no relatório circunstanciado, submetendo os itens impugnados à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias.

e) O “Termo de Recebimento Provisório” deverá conter o documento conhecido como **as built**. Baseando-se no manual “Obras Públicas: Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas”, do Tribunal de Contas da União, ao final da construção da obra em questão, a SEDUC (por meio da Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras) deverá receber do CONTRATADO a documentação que retrate fielmente o que foi construído. Essa documentação é conhecida como **as built** – que significa “como construído” – e deve incluir todas as plantas, memoriais e especificações, com detalhes do que foi executado e quais insumos foram utilizados nessa execução. Ou seja, o contratado deverá entregar o **as built** da obra, a fim de subsidiar futuras intervenções a título de manutenção ou reformas. Os arquivos deverão ser entregues editáveis/originais (extensões: .dwg, .docx, .xls, entre outras) e não editáveis (extensões: .pdf, .jpg, entre outros) devidamente assinados pelos responsáveis.

11.2.2. Do Recebimento Definitivo

a) Após o recebimento provisório, a “Comissão de Recebimento Definitivo” a ser estabelecida pela Contratante será encarregada de vistoriar a obra para verificar o cumprimento de todas as obrigações contratuais e técnicas e efetuar o recebimento definitivo em até 90 (noventa) dias corridos após o recebimento provisório da obra.

b) No caso do cumprimento total e adequado aos termos do contrato, a Comissão receberá a obra definitivamente, lavrando o “Termo de Recebimento Definitivo”, que será assinado pelas partes e encaminhado à autoridade contratante.

c) No caso da vistoria, constatar a ocorrência de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato, a comissão lavrará relatório de verificação circunstanciado, dirigido à autoridade contratante, no qual relatará o que houver constatado para corrigir ou refazer a obra, no todo ou em parte.

11.2.3. Das falhas e irregularidades apontadas

a) A Contratante, à vista do relatório, deverá adotar uma das seguintes providências, independentemente da aplicação das sanções cabíveis:

b) Notificar a contratada para sanar as irregularidades constatadas, no prazo a ser determinado na notificação, ao término do qual se deve proceder à nova vistoria;

11.3. Correrão por conta da contratada todas as despesas, incluindo todos os custos diretos e indiretos, tais como: impostos, transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, enfim todos os custos necessários à fiel execução do objeto desse termo.

12. DA FISCALIZAÇÃO E OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

12.1. Fiscalização e Recomendações Operacionais

12.1.1. Considerando o disposto nos artigos nº 51 a 54, Seção III, Capítulo VIII, da Lei Estadual nº 17.928/2012, a fiscalização e gerenciamento do contrato serão realizados por gestor e comissão de fiscais designados por meio de portaria do Ordenador de Despesas.

12.1.2. Os fiscais e o gestor do contrato não terão nenhum poder de mando, de gerência ou de controle sobre os empregados designados pela CONTRATADA para a execução dos serviços, objeto do presente instrumento, cabendo-lhes no acompanhamento e na fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas à sua execução, comunicando à CONTRATADA, através do seu representante, as providências necessárias a sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.

12.1.3. A partir do início da obra, os Projetos, as ART's ou RRT's do responsável pela Obra e o Diário de Obra deverão permanecer no canteiro. O Diário de Obra é destinado a registrar as ocorrências, naturais ou não, relevantes para o andamento dos serviços, cujas anotações deverão ser realizadas diariamente.

a) São anotações obrigatórias no Diário de Obra as condições do tempo, a descrição dos equipamentos incluídos ou retirados no canteiro, a movimentação ocorrida no quadro Todas de pessoal, o resumo dos serviços realizados e as ocorrências disciplinares.

b) as anotações serão feitas pelo responsável técnico e/ou pela fiscalização.

c) A cópia do Diário de Obra fará parte integrante da Prestação de Contas.

12.1.4. Somente será efetuado o pagamento da parcela contratual, se atestada pela fiscalização. A comprovação do pagamento se dará por emissão de Nota Fiscal, que será preenchida com destaque do valor de retenção de 11% do valor da mão-de-obra para a Previdência Social nas planilhas ONERADAS, ou, retenção de 3,5% para planilhas DESONERADAS, seguindo o que determina o Art. 7º, §6º, da Lei 12.546/2011.

12.1.5. A identificação da planilha de execução da obra (Onerada/Desonerada) poderá ser averiguada no Projeto Básico item 6. Caso a empresa comprove possuir benefícios de leis específicas para o recolhimento. Para efeito da retenção, o valor da mão-de-obra não será inferior a 50% do valor da fatura emitida pela CONTRATADA.

12.1.6. A possibilidade de **subcontratação parcial** do objeto licitado constitui decisão administrativa e/ou de cunho técnico. Por essa razão, pela natureza e as características do objeto a ser licitado, sempre que for julgado conveniente, devidamente justificado e aprovado pela CONTRATANTE e de acordo com o parecer da fiscalização, poderá a CONTRATADA, na execução do Contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, **subcontratar até 30% (trinta por cento) do valor da obra correspondente à parcelas completas da obra**, respondendo, entretanto, a CONTRATADA, perante a CONTRATANTE, pela execução dos serviços subcontratados. O licitante deverá anexar aos autos o(s) contrato(s) com o(s) subcontratado(s). O(s) subcontratado(s) deverá(ão) manter regularidade fiscal e trabalhista. Os serviços passíveis de subcontratação são:

a) Sondagem do Terreno;

b) Estrutura Metálica;

c) Estrutura Lajes (Pré – Moldadas);

d) Marcenaria;

e) Central de Gás;

f) SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas);

g) Esquadrias Metálicas;

h) Transporte de Entulho.

12.1.7. A Contratante poderá, a qualquer tempo, fiscalizar a empresa contratada, quanto ao cumprimento das cláusulas e legislação vigente sobre saúde e segurança no trabalho.

12.1.8. Em conformidade com o art.45 da Lei estadual nº 17.928/2012, bem como o art. 40, inciso XI da Lei nº 8.666/93, o critério a ser utilizado para efeito de reajustamento dos contratos, deverá ser a data da apresentação do orçamento a que a proposta se referir, pois reduz os problemas advindos de orçamentos desatualizados em virtude dos transcurtos de vários meses entre a data base de estimativa de custos e a abertura das propostas. Para efeito de cálculo, considerar 4(quatro) casas após a vírgula, utilizando os índices do INCC.

12.1.9. Seguindo o exposto no **Roteiro de Auditoria de Obras Públicas do TCU** e exposto no **Acórdão nº 1977/2013 TCU**, esta Obra, objeto da licitação, não se enquadra no regime de preço unitário, visto que os projetos elaborados e devidamente documentados favorecem a quantificação com precisão dos serviços relacionados no orçamento do objeto em questão. Portanto, deve-se manter o regime de Empreitada por **PREÇO GLOBAL**.

12.2. Obrigações do Contratante

12.2.1. Relacionar-se com a CONTRATADA através de seu preposto ou de seu representante legal;

12.2.2. Verificar se a CONTRATADA executa o objeto em conformidade com sua proposta e com os parâmetros de qualidade e desempenho definidos neste instrumento e nos demais documentos que o integram;

12.2.3. Conferir e efetuar aceite ou recusa dos serviços entregues pela CONTRATADA, caso não estiverem de acordo com o combinado;

12.2.4. Sobrestar o pagamento da Nota Fiscal/Fatura sempre que houver obrigação contratual pendente de liquidação por parte da CONTRATADA, até a completa regularização;

12.2.5. A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento mediante emissão da nota fiscal, por parte da CONTRATADA, conforme contrato e a entrega dos serviços.

12.3. Obrigações da Contratada

12.3.1. A fiscalização exercida pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei 8.666/93, com suas alterações);

12.3.2. A Contratada deverá apresentar, mensalmente, ao fiscal da obra, o Diário de Obra e o Livro de Ordem, contendo o relatório informativo acerca dos serviços executados no respectivo período, documentos que deverão, necessariamente, instruir os autos.

12.3.3. Durante a execução do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar: Cópia autenticada da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) vinculada à CEI, exceto quando houver dispensa pela Previdência Social, neste caso será vinculada ao CNPJ da CONTRATADA;

12.3.4. Para emissão da Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá apresentar:

a) Duas vias da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), de execução, com seu devido recolhimento perante os respectivos conselhos: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-GO) e Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-GO), sendo que uma via será anexada à Prestação de Contas e a outra será encaminhada à Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras da Superintendência de Infraestrutura da SEDUC;

b) Diário de Obras;

c) Cópia de matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI);

12.3.5. Por se tratar de contratação em regime de execução empreitada por preço global, não há possibilidade de formalização de termo aditivo visando eventuais acréscimos de serviço, salvo nos casos excepcionais e devidamente justificados, oriundos de alterações qualitativas e/ou quantitativas, que não configurem falha do órgão gestor na elaboração do projeto ou desconhecimento por parte da CONTRATADA do local onde os serviços serão realizados, nos termos do § 3º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, e nos limites fixados no §2º do referido artigo.

12.3.6. A contratação de empresas pela contratante para serviços de reformas, ampliações e construções deverá observar os requisitos contidos na **IN nº 007/2017-GAB-SEGPLAN**, os quais constarão obrigatoriamente, dos editais dos processos licitatórios e, quando for o caso, de todos os tipos de documentos contratuais, sendo obrigação do fiscal da obra ou servidor público responsável pela edificação jurisdicionada a SEDUC, a exigência de todos os e quaisquer documentos exigidos na referida instrução normativa;

12.3.7. Enquanto na execução do objeto do contrato, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, referente ao cumprimento das normas de segurança e Saúde no Trabalho, caberá à empresa contratada, as seguintes obrigações:

12.3.7.1. Cumprir às exigências legais e regulamentares referentes à Segurança e Medicina do Trabalho, prevista na legislação e normas expedidas pelo Ministério do trabalho e Emprego (MTE), pelo Instituto Nacional do Seguro social (INSS), como também as expedidas pelo poder Executivo do Estado de Goiás e/ou pelo órgão Gestor da Política de Segurança e Saúde no Trabalho no âmbito do poder Executivo Estadual;

12.3.7.2 – Emitir declaração formal e ostensiva, no processo licitatório ou na fase de habilitação, de que se apresenta em condições de atender ao estabelecido nas Normas Regulamentadoras (NRs), expedidas pelo Ministério do trabalho e Emprego, aplicáveis ao objeto do contrato;

12.3.7.3 – A empresa contratada disponibilizara ao contratante em até 20 (vinte) dias após a assinatura do contrato, cópias em formato digital PDF, via Sistema Eletrônico de Informação – SEI, dos documentos relacionados a seguir:

I – Cópia do Programa de controle Médico de saúde Ocupacional (PCMSO), atualizado, de acordo com a Norma Regulamentadora nº 07 (NR 7), expedida pelo MTE;

II – Cópias dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) atualizados de todos os empregados da contratada que desempenharão suas funções/atividades nas dependências e/ou serviço do órgão no cumprimento ao objeto do contrato, de acordo com a Norma Regulamentadora nº 07 (NR 7), expedida pelo MTE;

III – Cópia do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), atualizado, de acordo com a Norma Regulamentadora nº 01 (NR 1), nº 09 (NR 9), e/ou nº18 (NR 18) expedida pelo MTE, quando aplicável ao objeto do contrato;

IV – Cópia dos comprovantes (Certificados e outros) da realização de cursos/treinamentos de segurança no trabalho aos empregados da contratada, atualizados, em conformidade com as Normas Regulamentadoras (NRs), capacitação e treinamento em Segurança e Saúde no trabalho (NR 1), para trabalhos em instalação elétrica e serviços com eletricidade (NR 10), trabalhos com máquinas e equipamentos (NR12), capacitações dos trabalhadores da indústria da construção (NR 18), trabalhos em espaços confinados (NR 33) trabalhos em altura (NR 35) e outros trabalhos/atividades que possam expor os empregados/trabalhadores a riscos consideráveis a sua integridade física, saúde e segurança, quando aplicável ao objeto do contrato;

V – Cópia dos comprovantes (lista de presença dos respectivos treinamentos , O.S (ordem de serviço), certificados ou outras formas de registro) da realização de treinamento de integração/admissional, inclusive da aplicação da Ordens de Serviços fornecidas a cada empregado que desenvolverão atividades de trabalho no cumprimento do objeto do contrato;

VI – Cópia atualizada das fichas de registro de fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e/ou Sistema de Proteção Individual contra Quedas (SPIQ) fornecidos aos empregados que desenvolverão atividades de trabalho nas dependências e/ou a serviço do órgão, no cumprimento do objeto do contrato;

VII – Cópias de fichas de informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), de todos os produtos químicos utilizados pela empresa contratada, nos trabalhos no cumprimento do objeto do contrato;

VIII – Cópia de documentos comprobatórios (Diplomas, Certificados, Registro em Conselho de Classe Profissional, etc) da qualificação habilitação e/ou capacitação dos empregados autorizados com a função de responsável técnico e/ou responsável pelo acompanhamento da execução de trabalhos que envolvem riscos/perigos específicos, conforme estabelecido nas Normas Regulamentadoras nº 01, nº 10, nº 12, nº 18, nº 33, nº 35, que desenvolverão atividades de trabalho nas dependências e/ou a serviço do órgão, no cumprimento do objeto do contrato, quando exigida, de acordo com as normas legais vigentes, quando aplicáveis ao objeto do contrato

IX – As cópias dos documentos relacionados anteriormente (subitens I a VIII) deverão ser fornecidos no ato da assinatura contratual, ao fiscal da obra ou ao servidor Público responsável pela edificação jurisdicionada à contratante, que os encaminhará imediatamente ao:

a) Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho do Servidor Público (SESMT PÚBLICO) do órgão onde houver (Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Goianésia, Goiânia, Iporá, Itumbiara, Quirinópolis), para avaliação em 5 (cinco) dias, quanto ao atendimento das exigências das Normas Regulamentadoras expedidas pelo INSS, pelo poder Executivo do Estado de Goiás e/ou pelo Órgão Gestor da Política de Segurança e Saúde no Trabalho no âmbito do poder Executivo estadual;

b) Ou, onde houver SESMT Público, os documentos deverão ser fornecidos ao fiscal da obra ou ao servidor público responsável pela edificação jurisdicionada à contratante para regularização e fiscalização em atendimento das exigências das Normas Regulamentadoras do Ministério do trabalho e Emprego, às Normas Regulamentadoras expedidas pelo INSS, pelo poder Executivo do Estado de Goiás e/ou pelo Órgão Gestor da Política de Segurança e Saúde no Trabalho no âmbito do poder Executivo estadual;

c) As cópias dos documentos referentes à Segurança e Saúde no Trabalho deverão permanecer na obra à disposição da fiscalização.

12.3.7.4 Para o início efetivo das atividades de trabalho para execução do objeto do contrato, os empregados da empresa contratada deverão apresentar – se devidamente identificados, e de posse e uso de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e/ou de Sistema de Proteção Individual Contra Quedas (SPIQ), necessários e adequados, de acordo com os riscos aos quais possam ficar expostos;

12.3.7.5 – Os serviços a serem executados no cumprimento do objeto do contrato que necessitam da disponibilidade de Equipamentos de proteção Coletiva (EPC) e/ou sistema de proteção coletiva contra quedas (SPCQ), somente deverão ser liberados pela contratante para início efetivo da execução pela contratada, após os mesmos estarem devidamente instalados/implantados de acordo com as normas e regulamentos aplicáveis;

12.3.7.6 – Quando necessário e de acordo com as exigências legais, a empresa contratada, deverá apresentar ao SESMT Público do Órgão contratante ou quando não houver ao gestor do contrato ou servidor público responsável pela unidade jurisdicionada à SEDUC no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o início da execução dos serviços contratados pelo órgão e anualmente a contar da data do início de vigência do contrato, ou no prazo de 60 (sessenta) dias antes do final do contrato, caso seja inferior a um ano, cópias dos documentos que comprovem o cumprimento ao exigido a seguir:

I – Constituir o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), de acordo com a Norma Regulamentadora nº 04 (NR) expedida pelo MTE, ou conforme necessidade identificada pelo SESMR Público;

II – Constituir sua Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) de acordo com a norma regulamentadora nº 5 (NR 5) expedida pelo MTE;

III – Fornecer disponibilizar os EPIs e/ou SPIQ específicos de acordo com os riscos aos quais os empregados possam ficar expostos, como também o treinamento quanto ao uso, guarda e conservação e registro de fornecimento de tais equipamentos;

IV – Emitir e registrar a comunicação de acidente de trabalho (CAT) nos casos de ocorrência de acidentes com seus empregados nas dependências e/ou a serviço do órgão contratante, como também os acidentes de trajeto, ocorridos durante os deslocamentos para o trabalho;

V – Promover a capacitação e/ou treinamento dos empregados que desenvolvem atividades de trabalho nas dependências do órgão ou a serviço do mesmo, quando identificados riscos de acidente e/ou a saúde ou integridade física de tais empregados, não treinados antes do início do cumprimento ao objeto do contrato;

VI – A empresa contratada se responsabilizará pelo atendimento e encaminhamento de seus empregados, e quando necessário solicitar auxílio do órgão contratante;

VII – Providenciar a elaboração dos laudos técnicos de insalubridade e/ou periculosidade, referente a seus empregados enquanto no desenvolvimento da execução do objeto do contrato, de acordo com as Normas Regulamentadoras nº 15 (NR 15) nº 16 (NR 16), expedidas pelo MTE;

VIII – Providenciar a elaboração e manter atualizados o Perfil Profissiográfico previdenciário (PPP) de todos os seus empregados que desenvolvem atividades de trabalho nas dependências e/ou a serviço do órgão no cumprimento ao objeto do contrato, de acordo com a legislação previdenciária vigente, e

IX – Providenciar as atualizações, anualmente ou sempre que necessárias de acordo com as normas e regulamentos específicos conforme o caso, dos programas PGR e PCMSO, para as atividades/serviços contratados, como também da capacitação e/ou treinamento dos empregados conforme exigidos, principalmente os referentes às Normas Regulamentadoras nº 01, nº 10, nº 12, nº 18, nº 33, nº 35, quando aplicáveis de acordo com o objeto do contrato;

12.3.7.7 – A empresa contratada deverá atender prontamente às solicitações e/ou recomendações do SESMT Público do órgão, onde houver (Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Goianésia, Goiânia, Iporá, Itumbiara, Quirinópolis), e ou ao fiscal da obra ou a um servidor público responsável pela edificação jurisdicionada à contratante, quando identificada qualquer situação/condição de trabalho que possa oferecer risco à integridade física e/ou à segurança e saúde do empregado da contratada, aos servidores e/ou empregados públicos do órgão ou de terceiros.

12.3.7.8 – Além das exigências relacionadas anteriormente, a empresa contratada deverá cumprir todas as exigências legais e regulamentares referentes à Segurança e Medicina do trabalho, expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, como também previstas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e Legislação Previdenciária, referentes à Segurança e Saúde do Trabalhador, apresentando documentação necessária para comprovação, quando solicitadas e/ou exigidas, durante a execução, e/ou na conclusão da execução do objeto do contrato, e nos casos em que a empresa contratada seja isenta da obrigatoriedade do cumprimento e/ou da apresentação de qualquer dos documentos mencionados anteriormente, deverá ser apresentada justificativa legal do não cumprimento ao estabelecido.

12.3.7.9 – O SESMT Público do órgão (onde houver), e/ou o fiscal da obra, ou servidor público responsável pela edificação jurisdicionada à contratante, poderá a qualquer tempo, fiscalizar a empresa contratada, quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais e da legislação vigente sobre saúde e segurança no trabalho;

12.3.7.10 – O descumprimento a qualquer tempo das cláusulas contratuais ou legislação referente à Saúde e Segurança no Trabalho, implicará na aplicação de advertência, multa e rescisão contratual, em caso de reincidência, respondendo o gestor do contrato pela omissão quanto à falta de comunicação ao SESMT Público e a adoção das penalidades contratuais, especialmente nos casos de ocorrência de acidente de trabalho.

12.3.8. É de responsabilidade da empresa contratada apresentar ao(a) Fiscal da Obra ou ao(a) Servidor(a) Público(a) Responsável pela edificação jurisdicionada à Contratante, cópias dos documentos mencionados neste Projeto Básico, em conformidade com a Instrução Normativa nº 007/2017-GAB/SEGPLAN, a contar da data do início das atividades.

12.3.9. O(a) Fiscal da Obra ou o(a) Servidor(a) Público(a) Responsável pela edificação jurisdicionada à Contratante poderá, a qualquer tempo, fiscalizar a empresa contratada, quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais e da legislação vigente sobre saúde e segurança no trabalho;

12.3.10. O descumprimento, a qualquer tempo, das cláusulas contratuais ou da legislação referente à saúde e segurança no trabalho, implicará na aplicação de advertência, multa e rescisão contratual, em caso de reincidência ou resistência, respondendo por omissão quanto à falta por não cumprir com as exigências de Segurança e Saúde do Trabalho de acordo com a Normas Regulamentadoras do MTE, com adoção das penalidades contratuais, especialmente caso ocorra acidente de trabalho.

12.3.11. Será de inteira responsabilidade da contratada, referente aos resíduos da construção civil gerados no cumprimento do objeto do contrato, seja nos processos de limpeza, demolições, reformas e construções, incluindo todos os recursos necessários nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, e/ou disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e/ou conforme Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, e demais normas e regulamentação específicas;). Fica a cargo da Contratada decidir fazer a doação ou não dos rejeitos, devendo esta entregar documento oficializando esta doação para o fiscal responsável pela obra.

Obs.: Para esclarecimentos de eventuais dúvidas a respeito deste, a empresa deverá entrar em contato com a Superintendência de Infraestrutura da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, localizada na Av. Quinta, , Quadra 71, nº 212 – Setor Leste Vila Nova – CEP: 74.643-030 – Goiânia – Goiás.

Atenção:

Os arquivos contendo os projetos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo estão disponíveis no site: www.educacao.go.gov.br

Jéssica Alves Bueno Sousa

Gerente de Projetos e Infraestrutura

Engenheira Civil – CREA nº 29288/V

Decreto 25/05/21 D.O. nº 7.587

Kácia Henderson Barbosa

Arquiteto(a) e Urbanista - CAU nº A113791-3

Gustavo de Moraes Veiga Jardim

Superintendente de Infraestrutura





Documento assinado eletronicamente por **KACIA HENDERSON BARBOSA, Arquiteto (a)**, em 04/04/2023, às 17:22, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO DE MORAIS VEIGA JARDIM, Superintendente**, em 04/04/2023, às 18:25, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **46450717** e o código CRC **B74CEECC**.

GERÊNCIA DE PROJETOS E INFRAESTRUTURA
AVENIDA 5ª AVENIDA 212 Qd.71 Lt., S/C - Bairro SETOR LESTE VILA NOVA - GOIANIA - GO - CEP 74643-030 - .



Referência: Processo nº 202200006069788



SEI 46450717